



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº 10665.001646/2002-14
Recurso nº 149.442 Especial do Procurador
Acórdão nº 9202-01.396 – 2ª Turma
Sessão de 12 de abril de 2011
Matéria IRPF
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado PAULINO GONTIJO DE QUEIROZ CANÇADO

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 1999

REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA.

A divergência, ensejadora de conhecimento do recurso especial, nos termos do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais (RICSRF), necessita ser específica, demonstrando a divergência de interpretações sobre mesmo dispositivo legal.

Recurso especial não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.

Elias Sampaio Freire – Presidente-Substituto

(Assinado digitalmente)

Marcelo Oliveira – Relator

(Assinado digitalmente)

EDITADO EM: 18/05/2011

Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros Elias Sampaio Freire (Presidente-Substituto), Gonçalo Bonet Allage (Vice-Presidente Substituto), Giovanni Christian Nunes Campos (Conselheiro convocado), Alexandre Naoki Nishioka (Conselheiro convocado), Marcelo Oliveira, Manoel Coelho Arruda Junior, Gustavo Lian Haddad, Francisco de Assis Oliveira Junior, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira e Ronaldo de Lima Macedo (Conselheiro Convocado).

Relatório

Trata-se de recurso especial por divergência interposto pela Fazenda Nacional contra Acórdão que reconheceu ser indevida a cobrança da multa isolada, instituída pelo artigo 44, § 1º inciso III da Lei nº 9.430/96, quando já lançada a multa de ofício pelo não pagamento do tributo.

Segue ementa do acórdão recorrido, com destaque para a parte contra a qual o recurso foi interposto:

ALEGAÇÃO DE IRRETOATIVIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 2001 E DA LEI Nº 10.174, DE 2001 - Nas hipóteses em que o contribuinte espontaneamente entrega à fiscalização os extratos das contas bancárias, não prospera a alegação de ilegalidade alicerçada na tese de impossibilidade de aplicação da Lei complementar nº 105, de 2001 e da Lei nº 10.174, de 2001.

ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, SÚMULA Nº 02 - O Judiciário, no controle difuso de constitucionalidade, pode deixar de aplicar lei que considere 'em desacordo com a Constituição. Tal prerrogativa, todavia, não se 'estende aos órgãos administrativos, sendo que o Primeiro Conselho de Contribuintes aprovou a Súmula nº 02 estabelecendo q. ue "nã. o é competente para se pronunciar, sobre a inconstitucionalidade de lei tributária."

PRESUNÇÃO LEGAL MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - Presume-se omissão de rendimentos os valores creditados, em conta corrente "ou de investimento em relação aos quais o contribuinte, regularmente intimado, não, 'comprovar a Origem através de provas que; dadas as circunstâncias do caso concreto, se Mostrem suficientes Pa. ra afastar, a presunção legal.

MULTA ISOLADA E MULTA DE OFÍCIO — CONCOMITÂNCIA MESMA BASE DE CÁLCULO —, A aplicação concomitante da multa isolada (inciso III, do § 1º, do art. 44, da Lei nº 9.430, de 1996) e da multa 'de ofício (incisos I e II, do art.44, da Lei n 9.430, de 1996) não é legítima quando incide sobre uma mesma base de cálculo." (Câmara Superior do Conselho de Contribuintes / Primeira turma, Processo 10510.000679/2002-19, Acórdão nº 01-04.987, julg. em 15/06/2004).

...

Preliminares rejeitadas.

Recurso parcialmente provido.

A recorrente indicou o Acórdão 101-94.858 para a comprovação da divergência:

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO — ARGUIÇÃO DE ILEGALIDADE — descabe em sede de instância administrativa a discussão acerca da ilegalidade de dispositivos legais, matéria sob a qual tem competência exclusiva o Poder Judiciário.

NORMAS PROCESSUAIS - CONCOMITÂNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO E AÇÃO JUDICIAL — A impetração de Ação Judicial para discussão da mesma matéria tributada no Auto de Infração, importa em renúncia ao litígio administrativo, impedindo o conhecimento do mérito do recurso, resultando em constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa.

LANÇAMENTO DE MULTA DE OFÍCIO — CABIMENTO - SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO — EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INFRINGENTES APÓS LANÇAMENTO DA MULTA DE OFÍCIO — PROCESSO JUDICIAL EM CURSO — É cabível a manutenção de multa de ofício lançada na ausência de condição suspensiva da exigibilidade do crédito tributário Apesar dos efeitos infringentes da decisão nos Embargos de Declaração publicados depois da ciência do lançamento, na data deste não havia suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A pendência de decisão judicial é questão prejudicial à exclusão da multa de ofício, por isso, esta deve ser mantida até a decisão judicial do mérito, que se for favorável à tese da autuada resultará em sua extinção.

LANÇAMENTO DE OFÍCIO - VALOR DECLARADO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa — INEXISTÊNCIA DE CONDIÇÃO SUSPENSIVA — DECLARAÇÃO INEXATA - CABIMENTO — Cabível o lançamento de ofício de parcela equivocadamente informada na DIPJ como estando com sua exigibilidade suspensa, por caracterizar a "declaração inexata" constante da parte final do inciso I do artigo 44 da lei nº 9.430/1996

MULTA DE OFÍCIO ISOLADA — FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVA — Cabível a aplicação de multa de ofício, aplicada isoladamente, na falta de recolhimento da CSLL com base na estimativa dos valores devidos, por expressa previsão legal.

MULTA DE OFÍCIO — MESMA BASE DE CÁLCULO — APLICAÇÃO EM DUPLICIDADE — O lançamento de duas multas de ofício, sobre a mesma base de cálculo, é possível, visto

tratar-se de duas infrações à lei tributária, tendo por consequência a aplicação de duas penalidades distintas.

Recurso voluntário não provido.

Em despacho, deu-se seguimento ao recurso especial.

Regularmente notificado do Acórdão, do recurso especial interposto e do despacho que lhe deu seguimento, o contribuinte apresentou contra-razões e interpôs recurso especial contra a parte do acórdão que lhe foi desfavorável; no entanto, em exame e reexame de admissibilidade foi negado seu seguimento à CSRF.

Em contra-razões, o interessado reitera suas alegações recursais e ainda que:

*Como afirmado pela **Recorrente**, a decisão contida no v. acórdão estaria em desconformidade às aludidas regras, como ainda no que se refere às provas produzidas nos mitos, considerando o suposto fato de o **Recorrido** não haver comprovado "a veracidade de suas despesas, mediante documentação idônea", incorrendo, assim, no descumprimento de um requisito legal.*

*Tal assertiva, no entanto, não se sustenta, já que, conforme cabalmente demonstrado por meio, inclusive, de inquérito policial, o **Recorrido** não foi o responsável pela perda de seu Livro-caixa, tendo em vista que tal fato se deveu à ocorrência de um furto em seu escritório.*

...

Como visto, o Direito Pátrio veda a punição reiterada de um mesmo fato, levando à conclusão de que uma conduta faltosa somente pode ensejar a aplicação de uma única penalidade.

No presente caso, vê-se que a aplicação simultânea das aludidas multas significa, na prática, atribuir ao Recorrido duas penalidades pelo cometimento de um mesmo ato, o que se evidencia, sobretudo, pela coincidência quanto à base de cálculo dessas multas.

Isso, porque, ao contrário do entendimento da Recorrente, a base de cálculo de uma multa não consiste apenas em um fator necessário à sua quantificação, podendo servir, em determinados casos, para se demonstrar a própria natureza da falta cometida pelo agente.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Marcelo Oliveira, Relator

Em análise sobre o conhecimento do recurso especial de divergência interposto pela Fazenda Nacional encontramos questão que deve ser analisada.

Como se demonstra com clareza na decisão e no acórdão utilizado como paradigma, os dispositivos legais utilizados são diversos.

O acórdão recorrido tratou da concomitância de aplicação da multa de ofício prevista no I, Art. 44 da Lei 9.430/1996 com a multa isolada prevista no III, § 1º, Art. 44 da mesma Lei (recolhimento por carnê leão).

Já o paradigma utilizado trata da concomitância de aplicação da multa de ofício prevista no I, Art. 44 da Lei 9.430/1996 com a multa isolada prevista no IV, § 1º, Art. 44 da mesma Lei (recolhimento da CSLL).

Portanto, o acórdão e a divergência baseiam-se em dispositivos legais distintos, assim, não há que se falar em divergência, pois para sua existência a interpretação deve se basear no mesmo dispositivo legal.

Peço vênica para adotar, como razões de decidir, os fundamentos do Conselheiro Elias Sampaio Freire, manifestados em voto na CSRF, referente ao processo 11065.005916/2003-79:

Como se vê, no acórdão paradigma, a aplicação da multa isolada em concomitância com a multa de ofício prevista no art. 44, I da Lei nº 9.430/96 decorre da aplicação do artigo 44, §1, inciso IV do mesmo diploma legal, aplicável, no caso, pela falta de recolhimento mensal da contribuição social sobre o lucro líquido.

Por seu turno, no acórdão recorrido, a aplicação da multa isolada decorre da ausência pagamento mensal do imposto de renda de pessoa física (carnê-leão), com fundamento no art. 44, §1, inciso III da Lei nº 9.430/96.

Inicialmente há de se salientar que a divergência jurisprudencial ensejadora do conhecimento do recurso especial há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, o que não ocorreu in casu.

Precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. FIXAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA.

1. A majoração do quantum indenizatório a título de dano moral é medida excepcional e sujeita a casos específicos em que for

constatada condenação ao pagamento de valor irrisório, o que não ocorre nos autos. Precedentes.

*2. A **divergência** jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo **dispositivo** legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram, o que não ocorre in casu. (GRIFEI)*

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1092014 / RSAGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO2008/0200684-6, Relator Desembargador convocado do TJ/AP HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO, DJe 02/09/2009)

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL. REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - Hipótese em que os agravantes tiveram constrição patrimonial decretada em face de pedido do Ministério Público em Ação Civil Pública tendente a apurar irregularidades em certames licitatórios.

II - Alegam os recorrentes que existem discrepâncias entre o acórdão recorrido, que reconheceu a possibilidade da constrição patrimonial, e decisão deste Tribunal Superior sobre matéria similar.

*III - A escorreita demonstração de dissídio jurisprudencial requer não apenas o apontamento de decisões díspares prolatadas por Tribunais diversos, mas antes de tudo que se verifique que as decisões conflitantes se deram ante a interpretação do **mesmo dispositivo** de lei federal. (GRIFEI)*

*IV - Se, como no caso dos autos, Tribunais diversos divergem apenas quanto a quais fatos configurariam o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, não há interpretação divergente de dispositivos legais.*

V - Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1120568 / PRAGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO2008/0242271-7, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe 10/06/2009)

Precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais:

RECURSOS. ADMISSIBILIDADE. - Só se configura a divergência entre julgados quando existem interpretações diferentes do mesmo dispositivo legal aplicado a situações semelhantes. Recurso especial não conhecido (GRIFEI)

(Acórdão CSRF/02-02.128, Relator: conselheiro Antonio Carlos Atulim)

Ademais, não se verifica, no precedentes citado, a perfeita similitude fática entre as hipóteses confrontadas, posto que o acórdão recorrido trata de ausência pagamento mensal do imposto de renda de pessoa física (carnê-leão), enquanto o acórdão paradigma trata de falta de recolhimento mensal da contribuição social sobre o lucro líquido.

Portanto, acórdão que trate de exigência de multa isolada, de forma concomitante com a multa de ofício, cuja matéria fática refira-se a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não se presta como paradigma para demonstrar divergência de acórdão que não exigiu multa isolada, de forma concomitante com a multa de ofício, cuja matéria fática está relacionada ao imposto de renda pessoa física.

Confira-se, nesse sentido, o seguinte precedente desta Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais:

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL – INEXISTÊNCIA – RECURSO NÃO CONHECIDO – É entendimento da CSRF que acórdão cujo objeto é o julgamento de matéria afeta à CSLL não serve de paradigma para caracterizar divergência em face a acórdão cuja matéria fática está relacionada ao imposto de renda pessoa física, ainda que em ambos os casos se discuta a multa isolada de que trata o art. 44, . II, da Lei nº 9.430, de 1996.

(Rec. Especial nº 102-151.750, acórdão nº 9202-00.136, Relator conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva)

Isto posto, voto por não conhecer do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 2009

Elias Sampaio Freire

Destarte, como está claro que a divergência e o acórdão não deram interpretação divergente a dispositivos legais idênticos, voto por não conhecer do recurso especial interposto pela nobre Fazenda Nacional.

É como voto.

Marcelo Oliveira

(Assinado digitalmente)

